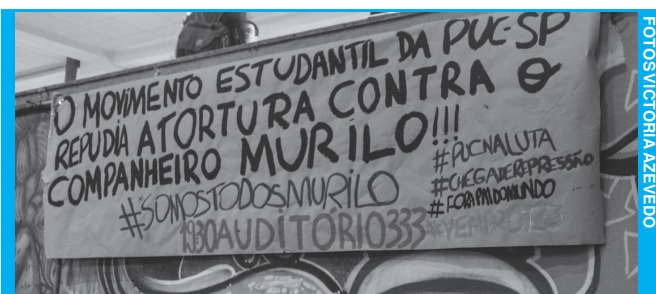


Na última terça-feira, 10/6, foi realizado um ato-debate na Prainha da PUC-SP, organizado pelo Movimento Estudantil da PUC em repúdio à prisão arbitrária e tortura do estudante de Direito Murilo Magalhães. O estudante participava, na segunda-feira, 09/6, de uma manifestação em apoio à greve dos metroviários, quando foi detido e torturado.

O evento contou com a presença de diversas figuras representando os movimentos sociais e centros acadêmicos, além do próprio Murilo e de professores, como a professora Bia Abramides e o professor Leonardo Massud, membros da APROPUC. Bia Abramides repudiou a atitude policial e deixou claro que era muito importante a presença da Associação dos Professores neste ato, mesmo que ele tenha ocorrido durante a posse e confraternização da chapa vencedora das



FOTOS VICTÓRIA AZEVEDO

ATO REPUDIA AGRESSÃO A ESTUDANTE DA PUC-SP



Acima cartazes condenam na Prainha a agressão a Murilo. Abaixo a fala da professora Bia Abramides; na mesa (primeiro à direita) a presença do estudante Murilo Magalhães.

eleições da mesma. A APROPUC se solidarizou com o estudante brutalmente agredido e condenou a barbárie da polícia militar.

Para Murilo, esse evento não deve acarretar no arrefecimento dos movimentos sociais nessa luta, mas sim aumentá-las cada vez mais. "Jamais imaginei que isso pudesse acontecer comigo. Poderia ter sido qualquer um de nós", disse.

O departamento de Jornalismo também divulgou nota repudiando a atitude fascista da polícia de São Paulo e a reitoria e a Fundação São Paulo em nota conjunta lamentaram e reiteraram seu repúdio a qualquer tipo de violência, exigindo que os fatos sejam apurados com rigor.

Nesta edição publicamos também um artigo do professor Antonio Carlos Mazzeo, sobre a prisão truculenta do estudante.

Cepe inicia discussão sobre a política de graduação

A reitoria apresentou a universidade em maio o esboço de sua nova política de graduação que substituirá o PPI hoje vigente. A discussão deverá continuar em sessão extraordinária nesta quarta-feira, 18/6, em virtude de a pró-reitora Margarida Limena não ter tido tempo hábil para sistematizar as propostas enviadas pelos diversos setores da universidade.

Os estudantes de Ciências Sociais elaboraram uma crítica contundente ao texto preliminar, discordando fundamentalmente da política educacional em vigor

na universidade e que será aprofundada a partir do novo projeto da Reitoria. (veja principais tópicos do documento na página 3).

O texto da reitoria reforça a política de enxugamento hoje em vigor, limitando o funcionamento de optativas e TCCs a números mínimos de inscritos, o que provoca um sério prejuízo aos estudantes de quarto ano. A submissão a princípios como a globalização, enfatizados pelo texto, revelam que se o documento não sofrer modificações poderá levar a um aprofundamento do caráter mercantil da universidade.

Nova diretoria da APROPUC toma posse

ANNA COELHO



Na terça-feira, 11/6 a nova diretoria da APROPUC tomou posse na sede da entidade, veja na página 2 a cobertura do evento.

Nova diretoria da APROPUC toma posse

Realizou-se na terça-feira, 11/6 a solenidade de posse da diretoria eleita da APROPUC. A chapa Resistência e Luta, vencedora do pleito, tem como presidente o professor João Batista Teixeira, do Departamento de Inglês da Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Arte, Faficla.

A chapa tem ainda a participação dos professores Maria Beatriz Costa Abramides, Leonardo Massud, Rodrigo Priolli, Victoria Claire Weischtordt, Sandra Gagliardi Sanchez, Jason Tadeu Borba, Regina Maria Gadelha, Hamilton de Souza, Áquilas Nogueira Mendes, Antonio Rago Filho e Carla Andrea Tieppo.

O professor João Batista Teixeira, em entrevista ao **PUCviva**, declarou que suas principais preocupações estarão voltadas inicialmente para o incremento da participação dos professores da PUC-SP na entidade, procurando lutar por melhores condições de trabalho e salário que hoje vêm-se aviltadas depois de uma série de conquistas históricas.

O professor também salientou a continuidade que a entidade vem desenvolvendo junto aos movimentos sociais, em apoio às legítimas reivindicações dos trabalhadores e explorados.

A entidade deve continuar com sua política cultural de publicações de textos e ensaios por intermédio de suas publicações e a realização de debates e eventos que envolvam a comunidade puquiana na discussão de temas da atualidade.



ANNACOEELHO



Alguns momentos da solenidade de posse da nova diretoria da APROPUC: Acima parte da diretoria eleita Sandra Sanchez Gagliardi, João Batista Teixeira, Bia Abramides, Victoria Claire Weischtordt, Regina Gadelha, Rodrigo Priolli e Leonardo Massud; ao centro (esq) os diretores da AFAPUC Nalcir Antonio e Francisco Cristóvão, a professora Marina Feldman, João Batista e Luiz Carlos Campos; à direita, o novo presidente João Batista ladeado por Cecilia Gava e Regina Alves Nascimento; abaixo a professora Ana Feldmann, o professor Luiz Carlos Campos, a ex-diretora Priscilla Cornalbas e a professora Marina Feldmann; à direita o professor Jorge Claudio Ribeiro e a professora Victoria Claire Weischtordt.

PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Marcela Reis, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtordt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

PUCviva: 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCviva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Posicionamento dos alunos de Ciências Sociais sobre a nova Política de Graduação

A reitoria apresentou na última reunião ordinária do Conselho de Ensino e Pesquisa, Cepe, o texto inicial da chamada Política de Graduação da PUC-SP. O documento recebeu várias sugestões e críticas, entre elas um texto dos estudantes de Ciências Sociais, cujos principais trechos reproduzimos abaixo.

"Reconhecemos a queda de prestígio e de produção acadêmica dentro da universidade, mas, apesar delas mantemos de fato um corpo docente dos mais capacitados e que nos honra como professores. Entretanto vemos há décadas uma crescente onda de conservadorismo dentro deste corpo, e que se reflete também no corpo administrativo, fator que contribui sendo um dos mais importantes para a atual decadência da universidade (...). Dessa forma salientamos a necessidade do resguardo da autonomia universitária, além do resgate do caráter histórico e do papel social da PUC-SP nas relações com a comunidade, para que assim possamos voltar a discutir os problemas da sociedade de forma crítica como sempre foi papel das universidades na história.

(...) Por conta da concorrência com as universidades públicas ser mais forte que anteriormente a posição dos alunos é de que a nova política de graduação confira um caráter inovador à PUC-SP(...) Tal inovação viria da popularização dos custos da universidade para absorver mais estudantes das instituições privadas mercadológicas e assim massificar o corpo discente ao mesmo tempo que em que se mantém a excelência acadêmica(...)".

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES GERAIS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO

"Reforçar a compreensão do alunado nas inserções de classe social e em suas relações étnico-raciais(...)

Criação de uma ferramenta efetiva que garanta o ingresso de indivíduos dos mais diferentes grupos sociais, como uma larga política de concessão de bolsas no período do vestibular(...)

Não apenas o reconhecimento da atividade de estágio como indissociável à formação do aluno, mas uma aproximação efetiva com o mercado de emprego.

Necessidade de fomentar a busca pelo intercâmbio através de uma política estruturada de internacionalização (...)

(...) Instituir na universidade a possibilidade de ingresso na licenciatura pelo maior número de cursos possível(...)

Reforçamos a necessidade de autonomia, não só como descrito anteriormente no tangente à situação política da democracia na universidade, mas da liberdade de composição de grade curricular e de facilitação da interdisciplinaridade (...)

(...) Alteração da dinâmica contratual vigente, acabando com a maximização dos contratos de aula e pesquisa. Também maior auxílio para pesquisa e iniciação científica . (...)

QUANTO AOS OBJETIVOS DA PUC-SP EM RELAÇÃO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

"Que a PUC-SP retorne ao seu histórico caráter de compromisso social e protagonismos político e crítico na sociedade.

Atrair mais alunos por

meio da popularização das mensalidades(...)

Estimular de forma candente os alunos à prática de pesquisa. Assim como a criação de uma política séria de pesquisa.

Investimento nas instalações físicas."

PARÂMETROS PARA OS PROJETOS PEDAGÓGICOS

"Carga horária dos cursos mínima exigida pelo MEC, mas sem a existência de um patamar limite como propõe o documento preliminar. (...)

Criar disciplinas únicas quando as mesmas são realizadas em cursos de diferentes áreas, mas não colocando de forma impositiva ou restritiva, pois diferentes cursos têm diferentes dinâmicas e cotidianos. (...)

As disciplinas optativas devem ser oferecidas livres de imposição do critério de número mínimo de alunos(...)

Apesar de uma exigência estatutária, os estudantes se manifestam pela discussão e debate acerca do fim da obrigatoriedade da disciplina Introdução ao Pensamento Teológico.

(...) Especificamente sobre TCC/monografia/projetos de conclusão de curso, a impossibilidade de estabelecer número mínimo de alunos é vital porque em determinadas áreas em que o graduando está próximo da diplomação, corre-se o risco de limitar escolhas próprias do mesmo, podendo até implodir toda uma preparação e elaboração acadêmica (...)

APÊNDICE SOBRE OS PONTOS NÃO ABARCADOS NO DOCUMENTO PRELIMINAR

"(...) O temor dos estu-

dantes é que as medidas propostas não sejam cumpridas, como acontece hoje(...).

Buscamos maior sofisticação acadêmica relacionando-a ao mesmo tempo com a inserção no mercado de emprego. Assim a PUC-SP deve buscar atingir um alcance mercadológico muito amplo, mantendo sua qualidade intelectual e acadêmica. (...) Necessidade de um maior número de bolsas disponibilizadas já no período vestibular e também sistema de cotas raciais(...)

Colocamos também a necessidade de uma melhor relação burocrática com a universidade, a tratarmos do fim da SAE, trazendo de volta as decisões administrativas para o interior de cada faculdade. A medida, não pontuada no documento é vital para a garantia da autonomia acadêmica(...)

Em último ponto atentamos para a necessidade de adequação das instalações físicas da universidade que comportem e permitam o completo usufruto dos espaços para uma vivência acadêmica completa, não abarcando apenas os horários das aulas, mas também a confraternização lúdica, a realização de atividades sociais, debates e discussões. Dentro deste espectro, urgências como o fim do controle dos espaços físicos comuns, a criação de creches, moradia de estudantes, restaurante universitário acessível e outros subsídios são essenciais para conferir novamente o caráter público da PUC-SP que ela tinha tempos atrás e que foram seus princípios fundamentais."

Representação discente da Faculdade de Ciências Sociais no Cepe.

Direito de Resposta

Sobre o Plano de Incentivo à Pesquisa 2014

Maria Amália Andery

Concordamos com o destaque, na matéria veiculada no *PUCviva* no. 912, de que a deliberação 65/78 foi inovadora à época, porque instituía regras para os contratos docentes que supõem ensino e pesquisa, além de extensão. Não há dúvidas também de que a chamada maximização - que já completa 10 anos - foi consequência da crise financeira vivida pela universidade. Há, portanto, um grande problema ainda sem solução clara na universidade: a necessidade de revisão das normas contratuais. Entretanto, a Plano de Incentivo à Pesquisa (PIPEq) não tem por objetivo a solução dos problemas do nosso contrato de trabalho. O Plano objetiva contribuir para a atividade de pesquisa sustentada e qualificada.

Nos últimos 20 anos, com as sucessivas dificuldades financeiras da PUC-SP, as ações institucionais de apoio à pesquisa se enfraqueceram ou desapareceram, como ocorreu, por exemplo, com o apoio à participação em congressos. Mais importante, perdeu-se a prática de previsão orçamentária para o apoio à pesquisa. Tudo isso, somado à "maximização dos contratos", vista por muitos como dificultadora da atividade sistemática e qualificada de pesquisa dos docentes, parece ter levado à opção de basear o que devia ser um programa de incentivo à pesquisa na "liberação" de horas contratuais, por tempo determinado e em caráter provisório (por até um ano), para docentes que apresentavam projetos de pesquisa. Esclareça-se que nesse

apoio à pesquisa eram elegíveis apenas professores doutores e para esses já havia também exigência tanto de mínimo de horas no contrato de trabalho quanto de tempo de casa. Os professores não doutores podiam solicitar "liberação" de horas contratuais apenas para terminar seus cursos de pós-graduação.

Quais os problemas dessa política? O principal deles é que instituiu apenas para uns poucos docentes um contrato de trabalho com pesquisa, enquanto excluiu todos os demais docentes que não poderiam ser atendidos pelos poucos recursos a ela destinados. O segundo problema é que, mesmo para esses poucos, foram instituídos contratos com pesquisa por tempo determinado/temporário: ao final de um ano, o docente que de fato era pesquisador "voltava" ao seu contrato (e deixava de pesquisar?).

O terceiro problema é que essa política baseou-se no apoio a projetos a serem executados e carrou todos os recursos que poderiam ser investidos em apoio àqueles que apresentam/apresentaram resultados e que já contribuem/contribuíram para a atividade de pesquisa, e que o fizeram/fazem apesar das dificuldades que todos nós vivenciamos. Assim, além de haver recursos para poucos, a política de apoio à pesquisa como vinha sendo praticada criou uma situação contratual de exceção, já que possível para alguns, apenas, como demonstram os números apresentados adiante. E até mesmo os próprios docentes beneficiados tinham contratos que variavam "ao

sabor" da sua aprovação ou não, sugerindo que sua atividade de pesquisa era temporária e efêmera, tal como a "liberação" ou não de horas. E isso não é real: a pesquisa é parte constitutiva da atividade docente na universidade.

O Plano que apresentamos e que está em implantação inverte a lógica. Trata-se de criar modalidades de incentivo à pesquisa realizada e em realização: o plano contempla, assim, além dos programas de iniciação científica, os pesquisadores que carrearam recursos para a universidade; as publicações qualificadas; as editoriais de periódicos científicos; os trabalhos em congressos nacionais e internacionais; os docentes que fazem estágios de pesquisa no exterior; os pesquisadores - individualmente ou como grupos - que necessitam de equipamentos de pequeno porte; os estágios de pós-doutoramento etc. Trata-se também de resgatar a possibilidade de previsão orçamentária para o apoio à pesquisa, permitindo que as ações sejam consistentes e tenham previsibilidade.

A primeira consequência desse plano de incentivo à pesquisa é o impacto que provoca em termos de sua amplitude. Como não há sequer bases de dados para avaliarmos períodos anteriores, descrevemos alguns resultados dos últimos quatro anos e meio de atribuição de "horas-pesquisa". No período, foram contemplados 149 projetos, o que significa uma média de apenas 29,8 docentes beneficiados por ano. A faculdade com o maior número de contemplados manteve uma média de 9,6 docentes por

ano e as seis faculdades (das nove existentes) com menor número relativo de contemplados tiveram médias inferiores a três docentes contemplados por ano. Já a proposta em implantação prevê a distribuição de mais de 500 auxílios apenas no segundo semestre de 2014 e o aumento nesse número nos próximos anos. A segunda consequência importante é a publicização e transparência dos processos: no PIPEq, os recursos serão distribuídos por meio de editais públicos, dos quais constarão, inclusive, os números de beneficiários potencialmente atendidos. A terceira consequência é que o conjunto variado de formas de apoio deve incentivar os muitos docentes com atividade sistemática de pesquisa na universidade, uma vez que diferentes necessidades devem ser atendidas.

Finalmente, duas correções a afirmações contidas no artigo publicado pelo PUCviva são de grande importância: (1) embora o acompanhamento dos beneficiados com "horas pesquisa" de 2010 a 2014 tenha sido falho e hoje nos deparemos com uma alta porcentagem de projetos para os quais não foram feitos sequer os relatórios finais devidos (45,9% dos projetos, praticamente metade), essa não foi evidentemente "a" razão da mudança de política; (2) o plano de incentivo à pesquisa apresentado prevê um auxílio de R\$ 12.000,00 no semestre (e não R\$ 1.200,00) para os professores na modalidade capacitação-docente e, já em 2014, foram previstas 10 bolsas, enquanto nos 5 anos anteriores foram distribuídos uma média de 2,5 "bolsas" por semestre, ou seja, 22 benefícios.

As lições que devemos tirar: sobre a prisão truculenta e ilegal do estudante Murilo, em São Paulo

Antonio Carlos Mazzeo

Durante as manifestações de apoio à greve dos metroviários, violentamente reprimida pelo governador Alckmim, o jovem estudante de Direito da PUC-SP, Murilo Magalhães, foi preso ao tentar se acorrentar na porta da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Esse tipo de ação, como ocorre em diversos países, tem uma característica simbólica, a de luta política, para reivindicação. No caso, pelo livre direito de greve da categoria dos metroviários. Mas ali, na Secretaria de Segurança Pública de São Paulo ocorreu uma ação policial digna dos mais sombrios períodos da ditadura civil-militar, absolutamente inadmissível em uma democracia.

Os FATOS:

Murilo foi preso e, sem demonstrar nenhuma resistência, algemado e levado para dentro do prédio da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Lá, foi ameaçado por policiais militares e levado para um corredor escuro e, ato contínuo, para uma sala sem câmeras. Ali, os policiais o fizeram tirar as roupas e ficar nu. Nessa sala, Murilo foi espancado, xingado e humilhado

pelos PMs, que a todo momento diziam que ele poderia "desaparecer". Mais ainda, pediam que Murilo informasse quem eram as pessoas que constavam em sua lista de endereços de seu celular. Além de ofender o estudante, os PMs gritavam palavras preconceituosas, homofóbicas e raivosas

combinado para o "encontro" estava um advogado do movimento, o que obrigou aos PMs a levarem Murilo para uma delegacia de polícia, onde estava uma outra advogada que questionou veementemente não somente a legalidade da prisão do estudante, mas também a atitude violenta e

legado encaminhou o caso para a corregedoria da polícia.

O QUE DEVEMOS EXIGIR IMEDIATAMENTE ?

De saída, devemos denunciar amplamente essa barbárie e exigir a punição exemplar desses policiais. Mas isso não basta. Os fatos ocorridos dentro do prédio onde está a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo são gravíssimos. Não bastassem as ilegais e abusivas ações dos PMs, o gravíssimo e inaceitável é que tudo foi feito sob as barbas do secretário de segurança, Fernando Grella. O que chama-nos atenção é que o secretário, em sua habitual atitude dissimulada, até agora não veio à público explicar e esclarecer os graves acontecimentos dentro de sua secretaria. Grella apenas emitiu uma nota (como usualmente acontece) afirmando que o estudante foi preso por ter "resistido à prisão"!

Ora, não precisamos de nenhuma bola de cristal para sabermos que essa nota falta com a verdade. Murilo é um estudante de direito, um cidadão comum, que jamais teria

De saída, devemos denunciar amplamente essa barbárie e exigir a punição exemplar desses policiais. Mas isso não basta. Os fatos ocorridos dentro do prédio onde está a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo são gravíssimos.

contra o movimento grevista.

Após ser espancado e de ter sofrido uma evidente tortura psicológica, Murilo, novamente algemado, foi obrigado a marcar um "encontro" com uma pessoa que havia ligado para seu celular. Os PMs diziam que iriam prender a pessoa. Felizmente, percebeu-se que aquele "encontro marcado" tinha algo de errado e de suspeito. No local

ilegal dos policiais. Diante de tais evidências, o delegado acuado, cinicamente perguntou a Murilo porque ele não havia dito (ao delegado) que tinha sofrido violência policial.

A resposta de Murilo foi a que qualquer pessoa de boa inteligência daria: "eu não disse nada porque fiquei com medo de ser assassinado pelos policiais".

Com testemunhas e diante da evidência o de-

continua na próxima página

continuação da página anterior

uma atitude de confronto com o aparato policial. O secretário Fernando Grella, portanto, dissimula e mente. Não somente para salvar sua pele, mas principalmente para procurar "legitimar" esse episódio de brutalidade e ilegalidade policial. Todos sabemos como agem os organismos policiais do Estado de São Paulo, especialmente a PM, treinada para tratar o povo como um "inimigo interno" da "ordem"!

Os fatos falam por si mesmos. Nesse sentido, é dever dos setores organizados da sociedade, dos sindicatos, das associações de advogados e de juristas, dos juizes, dos Movimentos Sociais, etc, exigir o total esclarecimento dos fatos. Mais do que isso, é dever da socie-

dade paulista e brasileira exigir a imediata demissão do secretário Grella e do comandante da PM-SP (ao limite, a renúncia do governador), porque agem como criminosos, coniventes com a ilegalidade e a brutalidade efetuada (cotidianamente) por seus paus-mandados da PM.

QUAIS AS LIÇÕES QUE TIRAMOS DESSE EPISÓDIO ?

A lição que todos devemos tirar desse ignominável acontecimento é que o Processo de Democratização que ocorre no Brasil, com suas contradições inerentes, está apenas em seu início. Como sabemos, a chamada "transição democrática", da ditadura civil-militar para uma outra "legalidade", significou a reformulação do Pacto-Bur-

guês, uma recomposição do Bloco-Hegemônico de Classe que possibilitou que se transitasse da autocracia burguesa explícita, em sua forma ditatorial (bonapartista) para a forma de autocracia burguesa institucionalizada, sob os moldes de uma legalidade democrático-formal. As formas de hegemonia de uma burguesia historicamente autocrática, antidemocrática e subalternamente vinculada ao imperialismo estão incólumes e agora, reforçadas pela adesão da socialdemocracia-tardia ao projeto burguês, de modernização conservadora.

Não tenhamos ilusões, a socialdemocracia-tardia não cumprirá nenhuma tarefa que possibilite avançarmos no Processo de Democratização do Brasil, na perspectiva do socialismo.

Esta é uma tarefa dos

"de baixo", dos trabalhadores, do proletariado e de seus aliados - os Movimentos Sociais e o conjunto dos trabalhadores brasileiros. É nossa tarefa edificar um Bloco contra-hegemônico socialista para construirmos uma alternativa ao "modelo" burguês gerenciado pela socialdemocracia-tardia.

Mãos à Obra!

Antonio Carlos Mazzeo é professor da Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

FALA COMUNIDADE

Sobre a Copa do Mundo

Luciano Alves

O futebol é um patrimônio cultural do Brasil. Está presente na linguagem, na arte, na educação esportiva, na escola, na política, na fé, na paixão, no cotidiano de trabalho.

Como vários homens e mulheres brasileiros, eu tive o futebol como uma das bases da minha socialização. Lembrei agora eu sentado no chão da sala, vendo a seleção brasileira de 1982 brilhar com Zico e Sócrates. Curioso querendo saber, também, porque o mesmo Sócrates entrava em

campo pedindo pro povo votar...

Eu era feliz com o futebol. Eu queria ser comprado como foram Zico, Careca, Maradona, Bebeto, Romário, Ronaldo...

Ao constatar que isso tudo, hoje, nessa Copa do meu país, são mercadorias, me sinto vendido na minha essência de brasileiro. É como se fizessem mais valia de parte de mim. Este é o legado que compreendo em meu ser, o legado histórico do futebol, se configurando na Copa do meu país, na minha cidade, ainda que hoje pareça ser propriedade da FIFA.

Mais amarga é a lembrança de rever militares nas esquinas, assim como era em 1982. "Eles estão protegendo o povo do inimigo interno", vão dizer.

Mais de 30 anos depois eu ainda tenho de questionar se o país melhorou depois da Ditadura...

Pois vou fazer igual quando eu era moleque. Vou pra rua, na Copa! Mas, agora com outros gritos...

FIFA e CBF, devolvam o futebol ao povo!

Quero ver a geral pular com os mais simples!

Quero ver o moleque de nariz escorrendo dar o

pontapé inicial!

E meu grito será pela sobrevivência desse moleque, para além da ronda da PM!

Para além da dignidade de ser favelado! Para além de Neymar!

Para que não precise estar lutando nas ruas daqui a 30 anos por um país que não venda a sua identidade.

Na copa vai ter luta!

Na copa vai ter greve!

Viva os moleques que sorriem chutando bolas de meias!

Luciano Alves é mestre em Serviço Social pela PUC-SP

MOVIMENTOS SOCIAIS

Metroviários fazem ato contra demissões arbitrárias

Na quinta-feira, 12/6, o Sindicato dos Metroviários realizou um ato na região do Tatuapé, em São Paulo, na localidade de sua sede, com aproximadamente três mil pessoas. A partir das 10h, a categoria e diversos movimentos e organizações se concentraram no local para protestar contra a demissão de 42 metroviários que participaram da greve. A Tropa de Choque e a Força Tática reprimiram o ato que deixou pelo menos seis pesso-

as feridas. A população fez "catrações" na estação Tatuapé e também foi violentamente reprimida pela PM. As estações Carrão, Belém e Tatuapé foram fechadas por policiais na tarde de quinta-feira. Na quarta-feira, 11/6, o Sindicato se reuniu com representantes do Metrô para pedir a readmissão dos trabalhadores demitidos, porém, o pedido foi rejeitado, sob a alegação de que os metroviários se envolveram em arrombamen-

tos e agressões durante piquetes. Altino Prazeres Júnior, presidente do Sindicato, afirmou ao jornal *Folha de S. Paulo* que os trabalhadores não farão hora-extra e que a possibilidade de paralisação existe, inclusive durante a Copa do Mundo. A assembleia de quarta-feira, contou com a presença de outras categorias, como os motoristas de ônibus e o MST (Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra) e até com a pre-

sença da deputada Luiza Erundina (PSB), que afirmou ao Sindicato que apresentará um projeto de lei na Câmara para dar anistia aos trabalhadores demitidos. A greve dos metroviários começou na quinta-feira, 5/6, e durou até segunda-feira, 9/6, quando o TRT (Tribunal Regional do Trabalho) declarou a paralisação ilegal e aplicou multas ao Sindicato. O reajuste salarial da categoria, que pede 12,2% de aumento, foi de apenas 8,7%.

Abertura da Copa do Mundo é marcada por protestos

A abertura da Copa do Mundo, que está sendo sediada no Brasil neste ano, aconteceu na quinta-feira, 12/6, e na mesma data, paralelamente, diversos atos contra o megavento foram organizados. Organizações como Território Livre, Contra Copa 2014, Anonymous Brasil, Não Vai ter Copa, Partido Pirata, Fórum Popular de Saúde do Estado de São Paulo, Comitê Popular da Copa, entre outros, anunciaram mobilizações para a data da abertura. O protesto começou pouco depois das 10h, na Estação Carrão, na Zona Leste de São Paulo. A PM reprimiu os manifestantes, deixando feridos e decretando uma de-

tenção. A jornalista Barbara Arvanitidis, da rede americana CNN, ficou ferida por estilhaços de bomba durante o ato. Houve manifestações de repúdio à Copa em outras capitais, como Rio de Janeiro, Brasília e Salvador. Na quarta-feira, 11/6, a Polícia Civil do Rio de Janeiro executou uma série de detenções para evitar futuros crimes e para amedrontar manifestantes. As ativistas Elisa Quadros, conhecida como Sininho, Eloisa Samy e o cinegrafista Thiago Rocha foram presos em casa e levados para a DRCI (Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática). Às vésperas da Copa do Mundo, o Estado brasileiro se mostrou

mais uma vez cerceador da liberdade de expressão e do direito constitucional de manifestação.

COPA DO POVO

O campeonato "Troféu Copa do Povo" começou na quinta-feira, 12/6, data de abertura da Copa do Mundo. O evento está acontecendo no terreno ocupado pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), próximo ao Itaquera, e deve terminar somente no último dia do mundial. Várias partidas de futebol estão sendo organizadas e crianças, homens e mulheres podem participar. Os times estão sendo divididos por categorias: operários, metroviários, estudantes, garis, professores

entre outros. O evento teve início por volta das 9h30, quando integrantes da ocupação queimaram um boneco simbolizando a Fifa. A Ocupação Copa do Povo, que começou na madrugada de 3/5, é composta por cerca de 2,5 mil famílias que estavam vivendo em áreas de risco, moradias precárias ou sem condições de pagar aluguel. Com a Copa, a especulação imobiliária na região de Itaquera aumentou drasticamente, em decorrência da construção do estádio para a abertura do mundial. O Tribunal de Justiça de São Paulo marcou uma audiência para dia 16/6, a fim de estabelecer um acordo entre a construtora Viver, que detém o terreno ocupado, e o movimento.

ROLA NA RAMPA

PUC-SP perde a funcionária Sandra Alves, do IP

Faleceu na segunda-feira, 9/6 a funcionária Sandra Alves da Silva. Tendo nascido em 3/9/1956, Sandra estava na PUC-SP desde 1985, e completaria no próximo ano 30 anos de universidade. Atualmente trabalhava no Instituto de Pesquisas Linguísticas "Sedes Sapientiae" para Estudos de Português (IP). Porém Sandra passou por outros setores da

universidade. Para Célia Wittmann, que conviveu com Sandra durante a sua estada na Divisão de Recurso Humanos, DRH, Sandra era uma pessoa muito comunicativa, afetiva, que se dava bem com todos os colegas. Por este motivo a morte de funcionária deixará muitas saudades entre seus colegas que sempre tiveram um grande carinho por ela.

AFAPUC realiza Torneio de Pesca em Sorocaba



Aconteceu na cidade de Sorocaba o Torneio de Pesca da Afapuc. O torneio teve como premiação um molinete prisma e um final de semana na colônia de férias do Sindicato da Saúde para o primeiro lugar, uma vara de pesca e

um molinete prisma rd micro para o segundo lugar e duas varas de pesca telescópica para o terceiro lugar. Na foto o vencedor da competição Dica, ao lado do presidente da AFAPUC Francisco Cristóvão.

Casa das Rosas homenageia professor Philadelpho Menezes

A Casa das Rosas expõe até o dia 31/8 os trabalhos da série Goma de mascarar sabor mental, com obras do professor Philadelpho Menezes (1960-2000), que lecionava no Pós em Comunicação e Semiótica na PUC-SP. A mostra inclui

poesias visuais, livros-objeto, poemas sonoros e hiperfíndia, das quais a curadora Ana Aly, artista plástica e viúva de Philadelpho, foi em muitos momentos a arte-finalista. Saiba mais sobre os trabalhos em www.casadasrosas.org.br.

Julgamento da dívida de 2005 dos professores é adiado

O julgamento do agravo impetrado pela Fundação São Paulo contra a decisão em segunda instância do Tribunal Regional do Trabalho foi adiado em data a ser determinada. Os professores deixaram de receber em 2005 o equivalente a 7,66% no valor de seus salários. O Tribunal Regional julgou por duas vezes a questão dando ganho de causa aos professores. A Fundação re-

corre agora ao Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília. Também na quarta-feira, 11/6, a greve de 2012 contra a posse da professora Anna Cintra foi julgada abusiva. Por um placar apertado os juízes determinaram que os funcionários terão que repor 100% das horas paradas, o que não deve acontecer com os professores pois o Tribunal entendeu que as horas já foram repostas.

Reitoria revoga decisão sobre declaração de suplência

Após oito meses de insistência do professor e ex-aluno da PUC-SP Eric Calderoni, a reitoria da PUC-SP resolveu desfazer a decisão tomada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, que havia negado ao professor a declaração de que havia sido suplente externo de uma banca de doutorado na PUC-SP. O Conselho da Comissão de Pós-Graduação e Pesquisa se recusou diversas vezes a analisar o recurso do professor, que então notificou a reitora de que a

Universidade poderia ser processada. Na missiva dirigida ao Prof Eric, Anna Cintra consignou: "sirvo-me da presente para encaminhar-lhe referido documento, aproveitando o ensejo para informar-lhe que a signatária do presente não é Reitora 'em exercício' da PUC-SP, e sim legítima ocupante do cargo, conforme o Estatuto da Universidade e Termo de Posse registrados em Cartório, o mesmo aplicando-se a Sra. Pró-Reitora de Pós-Graduação".

Cipa realiza eleições para gestão 2014/15

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, Cipa, realiza entre os dias 16/6 e 11/7 as inscrições para o processo eleitoral de sua gestão 2014/2015. A eleição se realizará pelo

Portal Acadêmico, e funcionários e professores interessados em participar como candidatos deverão acessar o endereço <http://portalacademico.pucsp.br>.

Campanha do Agasalho 2014

A Pastoral Universitária da PUC-SP e a PUC Júnior Consultoria, da FEA, realizam entre os dias 5/6 a 1/7 mais uma edição da Campanha do Agasalho. O evento arrecadará agasalhos para serem doados às instituições que atendem pessoas em situação de vulnerabili-

dade social e de baixa renda. Alguns postos de arrecadação estarão espalhados pela PUC-SP: Sala da Pastoral Universitária, na portaria da Ministro Godói, rampa do 1º andar do Prédio Novo, na portaria da Monte Alegre e na portaria da Fundasp.